

HOLOCAUSTO

MEMÓRIA, MEMORIAL E POLÍTICAS PEDAGÓGICAS¹

Célia Maria Antonacci Ramos

As comemorações de 27 de janeiro 2007 assinalaram os sessenta e dois anos do fim dos campos de extermínio, espaços-símbolos do genocídio praticado pelos nazistas. Para muitos, o período nazista, com suas políticas de superioridade racial e pretensões de um Estado nacional soberano, representa uma política de um tempo distante, promovido por um governo de barbárie e que se restringiu a um espaço nacional delimitado na Alemanha idealizada por Hitler. Codificado como uma aberração praticada por um grupo irresponsável, muitos tentam esquecer o Holocausto e poucos entendem seu significado ou desdobramento no tempo presente. Com o objetivo de passar um mata-borrão por cima do acontecido, os historiadores revisionistas e grupos políticos da extrema-direita têm procurado negar o Holocausto e silenciar os testemunhos dos sobreviventes judeus, muitos dos quais ainda trazem no braço o número tatuado, marca que tem um significado histórico enquanto sinal permanente de controle da população excluída pelo regime totalitário hitlerista.

Muitos são os países que, ainda hoje, procuram ocultar seu posicionamento de colaboracionismo com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Versões deturpadas assumem status de exaltação aos atos de resistência ao nazi-fascismo e glorificam heróis de mentira. Raphael Esrail (tatuado com o nº173295) lembra que a França “*declarou-se resistente para reunir os franceses... A posição aparente e real de De Gaulle, eu estou certo, vis à vis os judeus, no plano real, não fazia diferença*”. Henri Wolff (nº62571) por

¹ Encuentro de Estudios e Investigaciones de Derecho: Abordaje. Día Nacional de la Memoria, la Verdad y la Justicia . 4th International Conference on Holocaust Research: Volksgemeinschaft, the Community of Practices sociales genocidas en Argentina: indiferencia y escepticismo. Lugar: Buenos Aires; Año: 2007.

sua vez, recorda-se daqueles primeiros momentos no pós-guerra quando “...de guerra, campo de concentração, genocídio, judeu, ninguém queria falar. O retorno, para a maior parte dentre nós, foi como percorrer um calvário.” Para Irene Hajos (nº80957) era possível distinguir dois grupos de testemunhos do genocídio nazi: os “Amicales”, constituído em 1945/46 e que abrigava os resistentes deportados não-judeus; e os deportados judeus, que pouca chance tinham de contar o que haviam vivenciado, pois “os resistentes deportados não-judeus os impediam de falar...falaram muito....!”.

Nos EUA, Michael Berenbaum, diretor do projeto *United States Holocaust Memorial*, conta no livro *The Holocaust Chronicle* (Lincolnwood, 2008) que nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial os refugiados (judeus e não-judeus, das mais distintas nacionalidades) eram firmemente informados de que “o passado era passado”. Assim, lembrar o terror e a prática genocida, nem sempre agradava a todos. Todorov, em seu livro *Frente al Limite* (editora, ano), nos explica: “Se preferimos lembrar kolima (veja definição em quadro) ou Auschwitz é por medo de comprovarmos que a maldade dos campos não é estranha à espécie humana; é também esse medo que nos faz preferir as (raras) histórias em que o bem triunfa.”

Hoje, no despertar deste novo milênio, muitos perguntam: o que o Holocausto tem a ver com o presente? O ex-deportado Raphael Esrail (nº173295), numa entrevista em 1998, comentou sobre a importância das pessoas compreenderem o real significado do Holocausto e da democracia:

Os valores morais e a dor física não existiram só em Auschwitz. Eles [os nazistas] mataram as pessoas de uma maneira sistemática, organizada, e isso foi político. Não consideravam os indivíduos como indivíduos; a consideração humana era negada, toda a verdade era negada para deixar passar uma mentira política, portadora de uma mensagem racista. É preciso que a gente faça as pessoas compreenderem que elas devem refletir; que se deem pela conta, que se a gente sai da democracia, aí é o fim, todos os valores humanos terminam.

Ainda que o Holocausto, ou a Shoáh, represente as práticas genocidas do regime de maior prepotência sociopolítica ou *a ruptura moral e temporal mais profunda na história do século XX*, como enfatiza Paul Gilroy, em seu livro *Entre Campos: nações, culturas e o fascínio da raça* (Annablume, 2007), pesquisas e acontecimentos contemporâneos atestam que o genocídio nazista não foi o único do século XX; não se ateve apenas a Alemanha hitlerista: toda a Europa esteve envolvida. O Holocausto não foi dirigido apenas ao povo judeu e nem se conteve após os processos julgados pelo Tribunal de Nurmberg entre 1947-1949.

Em 1948, mesmo após a divulgação pública dos crimes praticados pelos nazistas nos campos de extermínio, e por coincidência no mesmo ano da criação de Estado de Israel, a África do Sul oficializou as leis do *Apartheid*. Essas leis de discriminação racial compreendiam aspectos da vida social, incluindo, entre outras proibições, os casamentos entre brancos e não brancos, ficando os empregos restritos aos brancos e assentos delimitados nos trens e praças públicas. Em 1950, todos os sul-africanos foram obrigados a se cadastrar sendo radicalmente classificados em três categorias: brancos, pretos (africanos) e miscigenados. Essa classificação baseava-se na aparência e descendência. O *Departamento de Negócios* era o responsável pela classificação dos cidadãos. Todos os africanos eram obrigados a portar uma carteira de identidade que contivesse impressões digitais, foto e informações sobre os limites de acesso às áreas privilegiadas. Esta Lei de segregação ostensiva não difere das condições impostas aos judeus durante o regime nazista e foram trazidas por nazistas para a África do Sul. Para Paul Gilroy “...é interessante notar que o importante trabalho da Comissão pela Verdade da África da África do Sul pôs em marcha uma versão da história do Apartheid, que acentua suas afinidades políticas, assim como suas conexões históricas concretas com o governo criminoso do período nazista.”

Assim, percebemos que o fechamento dos campos de extermínio nazi não significou o fim do antissemitismo, que a intolerância racial não se reporta

apenas aos judeus e que o genocídio não foi uma exclusividade da Alemanha nazista. Além das políticas de *apartheid*, imagens exibidas especialmente na mídia televisiva vêm nos informando sobre genocídios na Bósnia, Ruanda, Kosovo e, mais recentemente, o Iraque. A repetição destes atos confirmam que na sociedade contemporânea o extermínio em grande escala é direcionado também a outros grupos e praticados em outros territórios. Mesmo assim, o Holocausto é um fenômeno único na História da Europa contemporânea dada as escalas do ódio e as dimensões da crueldade jamais imaginadas.

Mas não só os territórios distantes de nós brasileiros e de disputas políticas e religiosas registram situações de intolerância. Vivemos em nosso cotidiano, e em especial urbano, uma crise aguda de xenofobia. Manifestações de racismo, antissemitismo, fundamentalismo e outras tantas formas de discriminações, muitas vezes negadas ou dissimuladas, vêm ameaçando o espaço de convivência coletiva da sociedade contemporânea. Hannah Arendt, nos anos 50, já advertia que *a exterminação dos judeus pelos nazistas constituiu um ataque contra a diversidade humana como tal, ou mais ainda, contra um aspecto de tipo humano sem o qual o vocábulo mesmo, humanidade, não tem nenhum sentido.*

O antissemitismo que conduziu milhares de judeus, ciganos e homossexuais aos campos de concentração e extermínio nada mais é do que a não-aceitação do outro na sua diversidade étnica, religiosa, política, econômica, sexual e social. É ainda hoje amplamente praticado e traduzido nas constantes intolerâncias aos negros, gays, lésbicas, trans, que geram intrigas e guerras que estivemos e estamos sempre a presenciar. Oportuna são as considerações do autor Frantz Fanon em seu livro *Pele Negra, Máscara Branca, Black Man, White Masks* – sobre as similaridades entre o antissemita e o racista: *À primeira vista pode parecer estranho que a visão antissemita deva estar relacionada à do negrofóbico. Foi meu professor de filosofia, nascido nas Antilhas, quem um dia me lembrou disso: “Sempre que ouvir alguém agredir o judeu, preste atenção, porque ele está falando a seu respeito”. E descobri que ele estava universalmente certo – com isso quis dizer que eu era atingido em meu corpo e meu coração por aquilo que se fazia ao meu irmão.*

Mais tarde percebi que ele queria dizer de um modo bem simples que um antissemita é inevitavelmente um anti-negro.

Se quisermos abolir as fronteiras ou a desigualdade social cabe em primeiro lugar, reavaliar o passado em busca das políticas que estabeleceram essas fronteiras. Depois, investigar os códigos que as sustentam ainda hoje e, por fim, propor medidas que promovam a sua desconstrução. Assim, procurar compreender o que foi o Holocausto enquanto uma prática genocida significa, em primeiro lugar, entendê-lo como um estopim de um processo de longa duração e de adesão coletiva. Hitler não chegou sozinho ao poder e nem as políticas de sua gestão foram propostas apenas por ele. Documentos históricos atestam que nas primeiras décadas do século XX, o livro apócrifo e antissemita endossado por Hitler, *Protocolos de Sião*, já circulava por toda a Europa. As teses soberania racial já eram cientificamente defendidas desde a metade do século XIX com os teóricos e filósofos alemães Houston Stewart Chamberlain, Richard Wagner, Thomas Wolfe e o Conde Arthur de Gobineau, sendo que esse último foi autor da obra *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (1853). Esses “estudiosos” tinham como ideal a configuração de uma raça ariana, identificada com o povo nórdico cujas características físicas deveriam atender a certos parâmetros: estatura física acima dos outros povos, pele extremamente clara, olhos azuis e cabeça alongada. A partir dessas características, esses filósofos equivocadamente identificaram a raça ariana como sendo uma raça superior, mais robusta e saudável.

Hoje, os ex-deportados, sobreviventes de práticas genocidas, já são ouvidos e seus depoimentos levados em conta em nome de uma memória até então esquecida. As lembranças do Holocausto representam uma forma de arrependimento ou reparação, quer sejam através dos museus e memoriais ou nas celebrações públicas e publicações acadêmicas. Entretanto, o viver junto na contemporaneidade só será possível se essas lembranças não transmitirem apenas o desejo da remissão ou o compromisso político do arrependimento, mas mais especialmente propor e incentivar uma discussão que informe não

apenas o acontecido, mas que também perpetue o acontecido que muitas vezes emerge de formas não explícitas renovando as políticas que deram origem aos valores e crenças que induziram, e ainda induzem populações a subjugarem seus semelhantes. As diferenças raciais e o antissemitismo continuam a assolar o presente e a fomentar uma inumanidade sistemática. As pesquisas registram que os crimes nazistas não se encerraram nos tribunais internacionais e que as manifestações de antissemitismo e as categorias raciais – aceitação das subjetividades – estão longe de nosso controle. A convivência amiga tão almejada continua fora de controle.

Assim, cabe observar no presente como as velhas tipologias raciais são reiteradas na cultura contemporânea, pois, se não podemos remediar o passado, podemos sim produzir reflexões relevantes para os dilemas morais do presente, a partir das memórias daqueles que injustamente tiveram suas vidas privadas dos estados de paz e dos registros históricos. A integração das pessoas em um espaço sócio-político e religioso de diversidade compartilhada, ou seja, de respeito pela diferença é hoje uma questão fundamental no mundo multicultural, especialmente nas metrópoles contemporâneas. A situação atual requer uma preocupação com a diversidade: um estado de alerta constante. A aceitação do outro na sua singularidade religiosa, política, sexual, intelectual tornou-se uma prerrogativa. A onipresença da competitividade alarga as fronteiras das exclusões. A exclusão de um concorrente se faz a partir de sua religião, sexo, intelectualidade, posição socioeconômica, seu estar no mundo. Assim começaram a agir os nazistas contra os judeus alemães e, mais tarde, contra os judeus de qualquer nacionalidade.

Promover a informação dos fatos que levaram ao genocídio e analisar suas consequências são os primeiros passos para que possamos estabelecer dinâmicas de reciprocidade dos valores culturais, de comunicação em favor do diálogo entre as pessoas e a percepção crítica das políticas dominantes que promovem a exclusão dos considerados diferentes em suas aparências, nacionalidade, hábitos e crenças. A questão fundamental para se trabalhar este

tema nas escolas deve partir da pesquisa do cotidiano mais próximo, da identificação das forças de opressão e discriminação de minorias.

As políticas pedagógicas devem partir da “escuta das vozes” daqueles que promoveram e promovem ações pacifistas como base nas lutas políticas. As metodologias devem partir do conhecimento das experiências passadas e lutas daqueles que conquistam os direitos de igualdade através de ações não violentas, como Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr., Nelson Mandela, Primo Levi, Edward Said, Hannah Arendt e outros tantos ativistas anônimos, mas não menos importantes, que reunidos ou não em associações como *L’Amicalle d’Auschwitz* que, em Paris, não cessam de trabalhar em prol da convivência pacífica.

Para evitar futuros genocídios, nossos olhos devem se voltar para a educação, elemento constitutivo do processo de cidadania. Devemos pensar assim como o filósofo e escritor Herman Spertus no início do século XX: *Eu acredito nas pessoas. De todas as virtudes que nós podemos desenvolver em nós e nos outros, a maior é a educação. Uma pessoa educada aprende a ter empatia com as origens, as necessidades, os sentimentos dos outros. A educação conduz a tolerância e a capacidade de amar – o amor por uma família e pela grande família que inclui todos nós.*

BOXE 1 – O pacifismo do Rei

Lembramos aqui as palavras de Martin Luther King Jr. no livro *Um apelo à consciência* (Jorge Zahar, 2006) que definem civilização e violência: *“...Civilização e violência são conceitos antitéticos. (...) a não violência não constitui uma passividade estéril, mas uma poderosa força moral que leva à transformação social. Cedo ou tarde todos os povos do mundo descobrirão o caminho para a convivência pacífica...(...) recuso-me a aceitar a cínica noção de que, uma após a outra, as nações deverão rolar abaixo por uma escadaria militarista até o inferno da aniquilação nuclear...). a humanidade deverá desenvolver, para todos os conflitos humanos, um método que*

repudie a vingança, a agressão e a retaliação. A base desse método é o amor.(...) acredito que aquilo que os egocêntricos destruíram, os filantropos podem erguer.”

Quadro – Na URSS o genocídio no Kolyma

Kolyma é um local na Sibéria conhecido como o inferno gelado. Esse local rico em ouro foi explorado por Stalin, que o transformou num campo de trabalho para prisioneiros políticos soviéticos, conhecido como *gulags*. Esses passaram a denominá-lo “Crematorium White” (Crematório branco) ou “Land of White Death” (Terra da Morte Branca). Informações obtidas de Stanislaw J. Kowalski, sobrevivente desse inferno.

Sugestões de leituras (entra no final do bloco de textos)

BARTOV, Omer; GROSSAMANN, Atina; NOLAN, Mary. *Crimes de Guerra. Culpa e Negação no Século XX*. Rio de Janeiro, Difel, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Holocausto, Crime contra a Humanidade*. São Paulo, Ática, 2001.

_____ *O Anti-semitismo na Era Vargas*, 3ed. São Paulo, Perspectiva, 2001.

BERENBAUM, Michael. *The Holocaust Chronicle, (a history in words and pictures)*. Illinois, Lincolnwood, 2008.

BOREJSZA, Jerzy. *La Escalada del ódio. Movimientos y Sistemas Autoritários y fascistas en Europa, 1919-1945*. Madrid, Siglo Vintiuno, 2002.

FEIERSTEIN, Daniel (ed.). *Genocídio: La Administración de la Muerte en la Modernidad*. Caseros, Universidad Nacional de Três de Febrero, 2005.

_____ *Seis Estudos sobre Genocídio. Análisis de las Relaciones Sociales: Otredad, Exclusión Y Exterminio*. Buenos Aires, EUDEBA, 2000.

GILROY, Paul. *Entre Campos, (nações, culturase o fascínio da raça)*. São Paulo, Annablume, 2007.

KING, Martin Luther. *Um apelo à consciência*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

LEMKIN, Raphael. *Axis Rule in Occupied Europe*. Washington, D.C., Carnegie Endowment for International Peace, 1944.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. *As Nazi-tatuagem: Inscrições ou Injúrias no corpo humano?* São Paulo, Perspectiva, 2006.

TRAVERSO, Enzo. *L' Histoire Dechirée (Essai sur Auschwitz et les Intellectuels)*. Paris, CERF, 1997.